

Nota Informativa

Edição 187/2023

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Comissão de Comunicação debate proteção de dados na internet

Comissão de Finanças debate regulamentação do mercado de criptoativos

Conferência apontará perspectivas de futuro para ciência e tecnologia, diz ministra em Pernambuco

CNJ estabelece novas diretrizes para reforçar a segurança cibernética do Judiciário

Comissão aprova prazo para bens de informática adotarem requisitos ambientais

MJSP coordena encontro do Mercosul para cooperação no combate a crimes cibernéticos em Itaipu

REFORMA TRIBUTÁRIA

IFI: Crescimento do PIB esperado com reforma tributária será insuficiente para custear novos fundos no médio prazo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Está aberta a consulta pública para a Política de dados Abertos do Executivo Federal

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Congresso exige do governo R\$ 6 bi em recursos extras para destravar agenda econômica

JUDICIÁRIO

Relator no STF vota para manter resolução que agiliza retirada de fake news em período eleitoral

ORÇAMENTO

Relator da LDO cede e desenha alternativa que limita bloqueios no Orçamento a R\$ 23 bilhões em 2024

Relator da LDO de 2024 quer empenho das emendas impositivas no primeiro semestre

POLÍTICA

ABDE e deputada federal Luisa Canziani promovem solenidade de lançamento da Frente Parlamentar Mista de Apoio ao SNF

RELAÇÕES EXTERIORES

BNDES assume presidência do D20, grupo das 20 maiores instituições financeiras de longo prazo do mundo

Mauro Vieira espera concluir acordo com União Europeia até fevereiro

Mercosul e Singapura assinam acordo de livre comércio

No G20, Banco Central quer criar regras para pagamentos internacionais

Mercosul avança na integração via comércio de serviços

Mercosul dá mais flexibilidade à lista de exceções tarifárias do bloco

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Comissão de Comunicação debate proteção de dados na internet

Poder Legislativo | 08/12/2023 – 12h47min

A Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados discute na quarta-feira (13) boas práticas para a proteção de dados e para a publicidade voltada para crianças e adolescentes na internet. O debate foi sugerido pelo deputado Jadyel Alencar (PV-PI). Ele afirma que hoje em dia informações pessoais são coletadas e compartilhadas com uma facilidade sem precedentes. "Crianças e adolescentes, como parte ativa dessa sociedade conectada, não estão imunes a essa realidade", alerta. Ele lembra que, desde 2018, o Brasil tem uma Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Apesar disso, os brasileiros têm um dos menores índices de educação e preocupação quanto ao compartilhamento de seus dados pessoais. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comissão de Finanças debate regulamentação do mercado de criptoativos

Poder Legislativo | 08/12/2023 – 12h45min

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados discute na quarta-feira (13) o Projeto de Lei 4932/23, que regulamenta o mercado de ativos virtuais no Brasil. A proposta foi apresentada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Pirâmides Financeiras e aguarda votação na Comissão de Finanças, onde é relatada pelo deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP). Orleans e Bragança foi quem pediu a audiência. Ele explica que, inicialmente, o mercado de criptoativos pretendia criar um sistema financeiro descentralizado e permitir transações diretas entre as partes sem a necessidade de intermediários tradicionais, como bancos. O deputado ressalta, no entanto, que hoje "a ausência de uma estrutura regulatória clara em muitas jurisdições levanta preocupações sobre a segurança dos investidores". Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Conferência apontará perspectivas de futuro para ciência e tecnologia, diz ministra em Pernambuco

Poder Executivo | 08/12/2023 – 09h57min

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, participou, na quinta-feira (07), no Recife, do encerramento da Conferência de Ciência, Tecnologia e Inovação de

Pernambuco. O evento foi realizado no auditório do Instituto de Pesquisa em Petróleo e Energia da UFPE. Pernambuco foi o primeiro estado do país a iniciar o processo que culminará na 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, entre os dias 4 e 6 de junho de 2024, em Brasília. “Aqui serão apontadas as perspectivas de futuro para a ciência e tecnologia, de maneira que elas possam dar sua contribuição para o Brasil superar os grandes desafios nacionais”, ressaltou a ministra durante o encontro, que reuniu comunidade acadêmica, instituições de ensino e de pesquisa, empresas de base tecnológica, além de representantes dos governos federal, estadual e municipais. A CNCTI retorna após 12 anos e representa um marco no cenário científico e tecnológico do país, promovendo discussões e colaborações essenciais para a construção da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2024-20230, além de nortear as ações de CT&I do governo federal. Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

CNJ estabelece novas diretrizes para reforçar a segurança cibernética do Judiciário Poder Judiciário | **08/12/2023**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) definiu novas diretrizes para a gestão de identidade e o controle de acesso ao seu Sistema de Controle de Acessos (SCA) Corporativo. A plataforma permite controlar entradas e saídas nos sistemas do CNJ e assegurar que as informações e os recursos sejam acessados apenas por usuários autorizados. A gestão de identidade refere-se à criação, ao gerenciamento e à proteção das informações desses usuários no ambiente corporativo. Já a gestão de acesso envolve o controle dos níveis em que cada usuário poderá interagir com os sistemas, utilizando somente os recursos relevantes para suas atividades. A Portaria CNJ n. 316/2023 atende à Resolução CNJ 396/2021, que estabelece a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ). O normativo também está em conformidade com a Portaria CNJ n. 118/2021, que dispõe sobre o portfólio de soluções de tecnologia da informação e comunicação e serviços digitais do CNJ, e com a Política de Segurança da Informação do CNJ, instituída pela Portaria CNJ n. 47/2017. Fonte: ASCOM CNJ

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comissão aprova prazo para bens de informática adotarem requisitos ambientais Poder Legislativo | **07/12/2023 – 17h42min**

A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara dos Deputados aprovou proposta que dá o prazo de um ano para as empresas fabricantes, importadoras ou distribuidoras de bens de informática se adequarem aos requisitos ambientais e de eficiência energética. O prazo passa a contar a partir do estabelecimento dos indicadores de eficiência energética específicos para o bem de tecnologia da informação e comunicação (TIC). A medida, que consta no [Projeto de Lei 1458/22](#), do ex-deputado Márcio Macêdo (SE), recebeu parecer favorável, na forma de substitutivo, do deputado Nilto Tatto (PT-SP). O relator optou por rejeitar o substitutivo adotado na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável com a justificativa de que a proposta poderia se tornar uma "norma em branco", ao incluir no mesmo padrão de eficiência energética produtos da chamada linha branca, como geladeiras e fogões, e veículos elétricos.. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MJSP coordena encontro do Mercosul para cooperação no combate a crimes cibernéticos em Itaipu Poder Executivo | **07/12/2023 – 13h49min**

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por meio da Departamento de

Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça (DRCI/Senajus), coordena o “Encontro dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados para desenvolver Estratégias de Cooperação Jurídica Internacional para o combate ao Crime Cibernético Transnacional”. O evento é realizado até sexta-feira (08), na Central Hidrelétrica Itaipu, em Foz do Iguaçu, no Paraná. O objetivo é debater temas de interesse na área para a cooperação jurídica internacional na América do Sul e na etapa final da negociação da "Convenção Internacional Abrangente sobre o Combate ao Uso de Tecnologias da Informação e Comunicação para Fins Criminais", da Organização das Nações Unidas (ONU). Também será definido um alinhamento regional para ser levado à Convenção da ONU sobre crimes cibernéticos, que acontece em janeiro de 2024, em Nova York, nos Estados Unidos. Fonte: Agência Gov

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

IFI: Crescimento do PIB esperado com reforma tributária será insuficiente para custear novos fundos no médio prazo

Poder Legislativo | 07/12/2023 – 22h42min

O crescimento adicional da economia a ser gerado com a reforma tributária em tramitação na Câmara dos Deputados não deve suportar, no médio prazo, os custos adicionais que serão gerados à União para bancar os dois fundos criados diretamente pela proposta, menos ainda para suportar os desembolsos dos outros dois fundos que tiveram a criação autorizada. A conclusão consta em nota técnica da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento das contas públicas ligado ao Senado Federal. A nota é assinada pelo analista Eduardo Nogueira e foi divulgada na quinta-feira (07). A reforma tributária está prevista para ser votada na semana que vem, segundo o relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Está aberta a consulta pública para a Política de dados Abertos do Executivo Federal

Poder Executivo | 08/12/2023 – 13h02min

A partir de sexta-feira (08/12) até o dia 22 de dezembro, a sociedade poderá participar, por meio de consulta pública, do plano de ações do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), no que tange a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal (PDA). A iniciativa tem por objetivo dialogar com a sociedade, para que essa tenha a oportunidade de indicar as principais bases de dados de seu interesse. As contribuições podem ser enviadas por meio da Plataforma Mais Brasil. O MGI apresenta a lista de bases de dados disponíveis, buscando a contribuição da sociedade para identificar as principais bases de seu interesse. Essa abordagem promove a colaboração entre governo e sociedade, fortalecendo a democracia e possibilitando que os dados abertos atendam de maneira mais eficaz às demandas públicas. A consulta pública do Plano de Dados Abertos é um mecanismo não vinculativo, pois depende de outras variáveis, mas visa garantir uma governança mais transparente, participativa e alinhada com as necessidades da sociedade. Fonte: ASCOM MGISP

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Congresso exige do governo R\$ 6 bi em recursos extras para destravar agenda econômica

Poder Executivo | 07/12/2023 – 20h59min

O governo Lula recebeu da cúpula do Congresso um pedido de liberação de aproximadamente R\$ 4 bilhões em recursos extras para os deputados e R\$ 2 bilhões para os senadores ainda este ano, apurou o Estadão/Broadcast. No Legislativo, a avaliação é de que atender a essa demanda é essencial para que propostas de interesse do Palácio do Planalto avancem nas últimas semanas de 2023, principalmente a agenda econômica. O pacote de R\$ 6 bilhões aos parlamentares depende da aprovação de um Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN), que é enviado pelo governo para realocar recursos no Orçamento. A reportagem confirmou com três articuladores do governo a existência da articulação para liberar o dinheiro extra. Essa demanda foi chamada pelos governistas, de forma irônica, de “presente de Natal” ao Parlamento. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

Relator no STF vota para manter resolução que agiliza retirada de fake news em período eleitoral

Poder Judiciário | 08/12/2023 – 09h01min

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar, na sexta-feira (8), uma ação que questiona trechos da resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que busca agilizar a retirada de conteúdo com desinformação das redes sociais no período eleitoral. O texto prevê, entre outras medidas, que o TSE pode determinar que redes sociais e campanhas retirem do ar links com fake news em até duas horas. O pedido de suspensão da norma foi apresentado em outubro do ano passado, pela Procuradoria-Geral da República, sob o argumento de que o combate à desinformação tem que ser feito "sem atropelos". Relator do caso no STF, o ministro Edson Fachin votou para validar a norma e manter sua aplicação. Fachin pontuou que uma eleição livre e democrática não pode ter influências abusivas no regime de informação. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Relator da LDO cede e desenha alternativa que limita bloqueios no Orçamento a R\$ 23 bilhões em 2024

Poder Legislativo | 08/12/2023 – 09h21min

Apesar de ter rejeitado emenda patrocinada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que buscava assegurar um teto de R\$ 23 bilhões para os bloqueios no Orçamento de 2024, o relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024 no Congresso Nacional, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), incluiu em seu parecer à

matéria dispositivo com efeito similar, que reduz o montante máximo a ser contingenciado no próximo exercício. Caso o instrumento seja aprovado pelo Poder Legislativo e tal entendimento prevaleça na execução orçamentária do ano que vem, o governo pode se ver livre de realizar um contingenciamento máximo na casa de R\$ 56,5 bilhões, conforme cálculos da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (CONOF) da Câmara dos Deputados. Nesta hipótese, o valor máximo passível de bloqueios em 2024 seria R\$ 33 bilhões menor – o que poderia gerar um alívio para o governo em um ano eleitoral e reduzir a pressão por mudanças precoces na meta fiscal. O assunto era alvo de queda de braço interna no governo, alimentada por manifestações de indisposição de Lula em bloquear despesas. Fonte: InfoMoney

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Relator da LDO de 2024 quer empenho das emendas impositivas no primeiro semestre Poder Legislativo | 07/12/2023 – 17h44min

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 (PLN 4/23), deputado Danilo Forte (União-CE), disse que vai colocar no seu parecer final a obrigatoriedade de empenho das emendas parlamentares impositivas no primeiro semestre do ano que vem. Hoje, as emendas individuais e de bancada estadual são de execução obrigatória, mas o governo é quem decide quando isso será feito. O empenho é como se fosse a contratação da despesa. Depois, ela é liquidada e paga. Pelo relatório do deputado, as transferências especiais (recursos transferidos diretamente para governos de estados e municípios) para a área de saúde terão que ser pagas no primeiro semestre. Danilo Forte explicou que a mudança é fundamental para os gestores, porque garante previsibilidade. “No primeiro semestre, a gente resolve a parte da saúde, que é a prioridade do Brasil. Com isso, você melhora a condição financeira dos entes federados. E é bom, por outro lado, porque acomoda e diminui a pressão política, que muitas vezes é condenada pelo toma-lá-dá-cá”, disse Forte. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

ABDE e deputada federal Luisa Canziani promovem solenidade de lançamento da Frente Parlamentar Mista de Apoio ao SNF

Poder Legislativo | 06/12/2023

A Associação Brasileira do Desenvolvimento (ABDE) e a deputada federal Luisa Canziani (PSD-PR), promoveram, na tarde de quarta-feira (06/12), a solenidade de lançamento da Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Sistema Nacional de Fomento para o Financiamento do Desenvolvimento (FPSNF). O evento, que ocorreu no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, em Brasília/ DF, contou com mais de 100 convidados presentes, entre eles: representantes do Governo Federal, de parceiros nacionais e internacionais, de instituições do Sistema Nacional de Fomento e parlamentares. A também presidente da FPSNF, Luisa Canziani, abriu a cerimônia ressaltando a importância da iniciativa para o desenvolvimento brasileiro. “A criação da Frente é um passo ousado e crucial desse parlamento em direção à construção de um país mais dinâmico, inovador e sustentável.

Nesse sentido, ao lançarmos essa Frente na quarta-feira (06) reafirmamos o nosso compromisso com o desenvolvimento dessa nação e com a promoção do bem-estar de todos os brasileiros.” Fonte: ASCOM ABDE

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

BNDES assume presidência do D20, grupo das 20 maiores instituições financeiras de longo prazo do mundo

Poder Executivo | 08/12/2023

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) copresidirá pelos próximos dois anos, ao lado do Banco Europeu de Investimentos (BEI), o D20 Long-Term Investors Club (D20-LTIC), grupo que reúne os 20 maiores investidores e instituições financeiras de longo prazo do mundo. É a primeira vez que o Banco ocupa essa posição no grupo. O convite para a liderança do D20-LTIC acontece em paralelo à presidência do Brasil no G20, que reúne as 20 principais economias do mundo, a União Europeia e, a partir deste ano, também a União Africana. A formalização aconteceu em evento paralelo à COP-28, em Dubai, quando o presidente do BNDES foi eleito por unanimidade. “Esse espaço talvez seja um dos mais relevantes para pensarmos uma estratégia capaz de enfrentar essa dramática crise climática que nós estamos atravessando. Temos um grande desafio na transição energética e na descarbonização da indústria. Isso deveria estar no topo das nossas prioridades”, discursou Mercadante, ao ser empossado. Fonte: ASCOM BNDES

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Mauro Vieira espera concluir acordo com União Europeia até fevereiro

Poder Executivo | 07/12/2023 – 22h27min

Apesar dos esforços do Brasil e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Cúpula do Mercosul terminou na quinta-feira (7) sem um anúncio oficial de acordo entre o bloco e a União Europeia. Mas o ministro de Relações Exteriores, Mauro Vieira, disse que existe a possibilidade de a negociação ser concluída com sucesso até meados de fevereiro de 2024. “Continuamos as negociações do acordo entre Mercosul e União Europeia. Não foram concluídas, mas temos a perspectiva de concluir talvez no mês de janeiro. No início de fevereiro seria o limite, já na presidência paraguaia [no Mercosul], mas podemos concluir tendo em vista a manifestação de interesse de ambas as partes”, disse Vieira. Nos últimos dias, líderes dos países e diplomatas intensificaram as negociações, que já duram quase 20 anos. No fim de semana passado, durante a 28ª Conferência das Nações Unidas para Mudanças do Clima (COP28), em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, o presidente da França, Emmanuel Macron, mostrou-se contrário ao acordo. Mas o Brasil promete concentrar esforços para que os dois blocos regionais cheguem a um desfecho positivo. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Mercosul e Singapura assinam acordo de livre comércio

Mercado | 07/12/2023 – 18h42min

Mercosul e Singapura assinaram na quinta-feira (7) o acordo de livre comércio entre o bloco e o país asiático. Este é o primeiro instrumento dessa natureza firmado com parceiro da região da Ásia-Pacífico e é também o primeiro acordo de livre comércio firmado pelo bloco em 12 anos. A assinatura ocorreu na 63ª Cúpula do Mercosul, no Rio de Janeiro. O acordo firma compromissos que tratam de comércio de bens e serviços, investimentos, micro e pequenas empresas, compras governamentais, propriedade intelectual e medidas

sanitárias e fitossanitárias. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o acordo abre oportunidades comerciais e de investimentos, ao mesmo tempo em que salvaguarda o espaço para a formulação de políticas de interesse público. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

No G20, Banco Central quer criar regras para pagamentos internacionais

Poder Executivo | 07/12/2023 – 16h46min

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campo Neto, afirmou na quinta-feira (7) que a autarquia vai trabalhar para a criação de regras para pagamentos internacionais, no contexto da presidência do Brasil no G20, grupo que reúne 20 das maiores economias do planeta. Segundo ele, a governança é o último grande problema que precisa ser resolvido para a conexão entre os sistemas, enquanto as questões tecnológicas e de liquidação já foram superadas. “Uma das coisas que a gente quer fazer no G20, que foi um tema, inclusive, que eu propus, é fazer uma taxonomia [regras mínimas] de pagamentos internacionais. Eu estou trabalhando com o presidente do Banco Central da Itália, Fabio Panetta, para a gente desenhar um conjunto de regras, que são as regras que vão ser aplicadas. Uma vez que a gente resolveu o problema de tecnologia e de liquidação, essa é a governança do pagamento internacional, os países que quiserem participar, têm que aderir mais ou menos a essas regras”, disse. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Mercosul avança na integração via comércio de serviços

Mercado | 07/12/2023 – 16h22min

Acordo concluído no âmbito do Conselho do Mercado Comum (CMC) do Mercosul, durante a reunião de Cúpula no Rio de Janeiro, estabelece mudanças que aumentam a transparência e dão mais segurança jurídica ao comércio de serviços entre os países do bloco – em setores como serviços de arquitetura, de construção, de telecomunicações, financeiros e de transporte de passageiros e carga. As regras nessa área são regidas pelo Protocolo de Montevideú, em vigor desde 2005. Desde então, diversas rodadas negociadoras para atualização dos compromissos foram realizadas. As mudanças aprovadas agora foram discutidas na VIII Rodada de Negociações, que levou três anos para ser concluída. “O comércio internacional de serviços vem crescendo a um ritmo mais acelerado do que o intercâmbio de mercadorias. Esse dinamismo favorece a integração do bloco, o funcionamento de cadeias de valor regionais, os investimentos, a competitividade da região e o próprio comércio de bens”, destacou a secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Tatiana Prazeres. Fonte: ASCOM MDIC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Mercosul dá mais flexibilidade à lista de exceções tarifárias do bloco

Mercado | 07/12/2023 – 15h27min

O Conselho do Mercado Comum (CMC) do Mercosul aprovou, durante a reunião de Cúpula do bloco que acontece no Rio de Janeiro, a suspensão até dezembro de 2025 da regra que limitava as alterações na lista de exceções tarifárias a 20% de seus itens por semestre. A aprovação foi consumada na Decisão CMC 12/23, durante reunião realizada na quarta-feira (6/12) com a presença do vice-presidente brasileiro e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) Geraldo Alckmin, além de ministros de comércio e de relações exteriores do bloco. A assinatura aconteceu na quinta (7/12). O secretário executivo do MDIC, Márcio Elias Rosa, que também participa do encontro, avaliou

a decisão como positiva. “A Letec é uma ferramenta fundamental da política comércio exterior. A flexibilidade adicional para manejar a Letec nesse momento tem grande importância, considerando o contexto de redução das medidas excepcionais relacionadas a pandemia de Covid-19”, disse. Fonte: ASCOM MDIC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br